

Último ano para a velha escrita

Português

Enviado por: aquiasvalasco@seed.pr.gov.br

Postado em: 21/03/2012

Professores e alunos ainda trabalham as novas regras para assimilar as mudanças trazidas pelo acordo firmado entre os países de língua portuguesa

Por: Jônatas Dias Lima Professores e alunos ainda trabalham as novas regras para assimilar as mudanças trazidas pelo acordo firmado entre os países de língua portuguesa A partir de 1.º de janeiro de 2013, quem escrever “idéia”, “vão” ou “mini-saia” estará oficialmente cometendo um erro de ortografia. No Brasil, o prazo de adaptação às novas regras trazidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa acaba neste ano e, embora apenas 0,5% do vocabulário usado pelos brasileiros tenha sido afetado, as mudanças ainda não foram completamente assimiladas por estudantes e professores. O documento foi assinado em 1990 por Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com adesão de Timor-Leste em 2004. Modificações posteriores e a falta de consenso entre os países adiaram a promulgação definitiva das mudanças em 17 anos. Quando a última versão do acordo foi finalmente aprovada, em 2008, o governo brasileiro estabeleceu o período de quatro anos para que a sociedade se habituasse à nova ortografia e todos os livros didáticos da rede pública de ensino fossem atualizados. Escolas de todo o país trabalham as mudanças ortográficas desde a promulgação, mas a falta do hábito de consultar dicionários e outras fontes gramaticais parece ser uma das causas do pouco domínio das novas regras. “A maior dificuldade dos meus alunos está no uso do hífen. Isso só se aprende checando a forma certa a cada vez que surge a dúvida”, diz a professora de Produção de Texto do Colégio Acesso Suzelei Carvalho Rosales. Ela conta que ainda vê a grafia de algumas palavras com estranheza e precisa ser cuidadosa ao corrigir redações. “Eu sinto falta do trema e do acento circunflexo para diferenciar palavras. Alguns detalhes ainda não são naturais para mim.” O professor Élio Antunes, do Curso Expoente, reforça a tese de que o grande vilão do acordo ortográfico é o uso do hífen. “Num ditado, a cada cinco palavras que digo, meus alunos erram três por não saber se vai ou não hífen”, conta. Segundo Antunes, é mais comum os vestibulandos optarem por escrever outras palavras que não precisem de hífen do que se empenhar em aprender a norma de uso. O impacto da mudança tem mais efeito sobre alunos do 5.º ao 9.º ano do ensino fundamental. Alfabetizados com a ortografia antiga, eles tiveram de deixar para trás as normas que haviam aprendido há pouco tempo e aderir às novidades ainda no tempo escolar, usando alguns livros atualizados e outros com edições anteriores ao acordo. Rede pública De acordo com a prefeitura de Curitiba, professores, educadores e secretários que trabalham na rede municipal de ensino recebem capacitação específica para as novas regras ortográficas há três anos. “Em 2009, promovemos cursos com carga horária [total] de 12 horas sobre ortografia, todos os dias da semana, nos três períodos do dia”, conta Simone Müller, coordenadora de Língua Portuguesa no Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação. Em 2010 e 2011, os cursos continuaram em menor frequência. Neste ano, nenhum encontro ocorreu, mas oportunidades devem ser abertas no segundo semestre. Na rede estadual, a Secretaria de Estado da Educação informou que o tema é tratado em todos os encontros de formação para professores desde 2009 e que equipes para orientação metodológica são mantidas nos Núcleos Regionais de Educação. Falta de prestígio da língua motivou o acordo Embora defensores do acordo ortográfico listem uma série

de benefícios que justificam a unificação do português usado em todos os países lusófonos, especialistas envolvidos no debate afirmam que a motivação principal seria o aumento do prestígio da língua portuguesa diante de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas. Mesmo sendo a sexta língua com o maior número de falantes no mundo, as traduções de documentos internacionais frequentemente deixam a versão portuguesa em segundo plano, privilegiando idiomas como francês, alemão ou italiano – todas com número de falantes inferior ao português. Duas grafias Segundo a doutora em Estudos Linguísticos e professora do curso de Letras na Pontifícia Universidade Católica do Paraná Angela Mari Gusso, essa discriminação ocorre porque a língua portuguesa é até hoje a única no mundo ocidental com duas grafias oficiais diferentes. “Isso gera uma série de problemas porque todo texto traduzido para o português, na verdade, precisa ser traduzido duas vezes: uma para o português europeu e outra para o português brasileiro”, considera. A professora explica que o surgimento de duas versões distintas do mesmo idioma ocorreu porque, no passado, Brasil e Portugal fizeram modificações por conta própria, sem acordos que mantivessem a unidade linguística. “Quando o Brasil adotou o trema, por exemplo, Portugal não o fez. E os países africanos acompanharam a versão europeia”, conta. Na opinião de Angela, logo que a unificação for concluída, as traduções para o português tendem a se tornar mais frequentes. Serviço Visite o Em foco "Acordo Ortográfico" desta Página, e veja informações sobre o acordo ortográfico, com as principais mudanças e ferramentas para trabalhar o assunto em sala de aula. Notícia retirada da Gazeta do Povo. Todas as alterações posteriores são de responsabilidade do autor.